

Patrimônio cultural e decolonialidade: reflexões teóricas sobre os sentidos do conhecimento para o campo

Cultural heritage and decoloniality: theoretical reflections on the senses of knowledge for the field

Enviado em: 31-03-2024

Aceito em: 26-06-2024

Adson Rodrigo Silva Pinheiro¹

Janaildo Soares de Sousa²

Resumo

A relação entre patrimônio cultural e decolonialidade tem aparecido como tema nas discussões acadêmicas e práticas contemporâneas, no sentido de pensar bens culturais representativos com os quais as populações se identifiquem e se apropriem de acordo com suas realidades. Assim, este artigo discute de forma teórica a relevância da decolonialidade como uma ferramenta para questionar e transformar os quadros teóricos e metodológicos, e as práticas no campo do patrimônio cultural. Para tanto, destaca-se que a decolonialidade não é apenas um estado a ser reivindicado por movimentos isolados, mas uma interrogação contínua que deve ser incorporada em todos os aspectos da profissão de patrimônio. Através da análise da "matriz patrimonial de poder", é evidenciado como as noções convencionais de preservação e gestão do patrimônio frequentemente perpetuam dinâmicas que refletem as persistências coloniais em termos de estruturas de poder.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, Decolonialidade, Transformação

Abstract

The relationship between cultural heritage and decoloniality has emerged as a significant theme in contemporary academic discussions and practices, aiming to conceptualize representative cultural assets with which populations can identify and appropriate according to their realities. Thus, this article theoretically discusses the relevance of decoloniality as a tool to question and transform theoretical and methodological frameworks and practices in the field of cultural heritage. It emphasizes that decoloniality is not merely a state to be claimed by isolated movements but a continuous inquiry that should be incorporated into all aspects of the heritage profession. Through the analysis of the "heritage matrix of power," it is demonstrated how conventional notions of heritage preservation and management often perpetuate dynamics that reflect the enduring colonial structures of power.

1Consultor em Patrimônio Cultural. Mestre em História. E-mail: adson.rodrigo@gmail.com

2Doutor em Desenvolvimento e Meio Ambiente – Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador de Projetos Inovadores na Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza (SETFOR)/Observatório do Turismo. E-mail: profjanaildo@gmail.com

Keywords: Cultural heritage, Decoloniality, Transformation

Introdução

Este artigo se propõe a analisar a perspectiva decolonial do patrimônio cultural para pensar suas implicações nos âmbitos teórico, epistêmico e metodológico. Além disso, busca estimular uma reflexão sobre o papel dos profissionais envolvidos na preservação do patrimônio, muitas vezes denominados como "autoridades patrimoniais", e o papel da administração pública na gestão do patrimônio cultural. A análise ocorre no cenário dos atuais desafios enfrentados pela gestão diante das demandas do tempo presente de ampliar os conceitos e de questionar as políticas patrimoniais atuais, que visa não se restringir apenas à compreensão dos patrimônios culturais reconhecidos, mas também à crítica dos conceitos a eles subjacentes.

Nestes tempos, as narrativas, as políticas e os artefatos do patrimônio são submetidos a questionamentos de sua representatividade enquanto memória coletiva em virtude dos questionamentos atuais acerca dos legados coloniais que ainda permeiam os espaços públicos. Desde a eclosão de protestos e ações pela restituição de objetos e suas repatriações, pela retirada ou ressignificação de locais e monumentos patrimoniais nas antigas metrópoles coloniais, até a ascensão da curadoria de exposições a partir da perspectiva ativista dos povos indígenas e quilombolas, novos esforços estão desafiando as ordens sociais racializadas e os regimes de exclusão que persistem no ato de quem seleciona o patrimônio e que meios se utilizam para legitimar o que devem considerar como bens patrimoniais. Esses protestos reverberam questões de longa data sobre a estrutura social, a representatividade e a capacidade de influenciar as vidas e o futuro.

Para ajudarmos a contextualizar esse debate, é importante encarmos o processo de reivindicação pela remoção de estátuas controversas, nesse sentido, incluindo figuras do comércio transatlântico de escravizados e opressões coloniais, como Winston Churchill, parte de um debate mais amplo de uma sociedade que questiona se temos que permanecer aceitando essas memórias nos centros urbanos. A indignação popular e a influência do *Colonial Countryside Project* liderado por crianças são mencionadas como fatores que levaram à discussão sobre essas estátuas. A remoção de estátuas e de outras representações, como retratos do domínio público e o argumento amplo, mas infundado, de que elas ficam melhor em

museus, fazem sentido para alguns especialistas, mas fica uma grande questão: O governo não apoia a remoção de estátuas ou outros objetos semelhantes?

A estátua de Borba Gato, situada na confluência das avenidas Santo Amaro e Adolfo Pinheiro, inaugurada em 1963, é um outro exemplo que sempre gerou essas controvérsias. Inicialmente, na década de 1950, ela era um símbolo do orgulho paulista, ligada à mitologia bandeirante e à promessa de prosperidade da cidade. Porém, ao longo dos anos, críticas estéticas se acumularam, mas a estátua era um cartão postal. Na cidade de São Paulo, por exemplo, diversos monumentos têm sido alvo de questionamentos por parte de grupos e movimentos sociais, como o grupo Demonumenta³. As críticas recentes se voltaram para seu comprometimento histórico com os bandeirantes, que escravizaram e mataram indígenas e quilombolas. Em 2021, o monumento foi alvo de um incêndio durante protestos, levando a um debate público sobre seu significado e o passado histórico que representa⁴.

Concomitantemente aos protestos que questionam a presença de monumentos controversos⁵, emerge o debate acerca da repatriação dos acervos culturais colonizados, que há séculos encontram-se alojados em museus europeus. Os objetos presentes nas instituições museológicas que foram retirados de seus legítimos proprietários nas antigas colônias, tais como vestimentas e artefatos rituais, que têm sido mantidos como peças de coleção, estão sendo progressivamente recuperados e devolvidos às suas respectivas terras de origem. Um exemplo recente é o manto tupinambá que foi anunciado para ser devolvido ao Brasil em 2024⁶ presente entre os objetos no Museu da Dinamarca que abriga uma rica coleção de mais de 2 mil objetos originários do Brasil, muitos dos quais foram obtidos após expedições dinamarquesas à Amazônia. Museus em todo o mundo, especialmente na Europa, mantêm uma grande variedade de objetos adquiridos, comprados ou saqueados de territórios colonizados ao longo de séculos, incluindo artefatos inestimáveis de várias culturas indígenas e povos colonizados, como esculturas, máscaras, obras de arte e

³Esse grupo tem promovido diálogos públicos não somente em relação a monumentos, mas também sobre componentes arquitetônicos e objetos incômodos relacionados, por exemplo, às celebrações da Independência do Brasil e à Semana de Arte Moderna de 1922. Esse esforço é realizado por meio de uma plataforma desenvolvida em colaboração entre alunos e professores da FAUUSP, juntamente com outras instituições e centros de pesquisa, como o C4AI – Inova USP, o CITI – USP, o Museu Paulista da USP, o MIT Open Documentary Lab e o PISA, com o apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão da USP.

⁴Sobre esse protesto conferir em: <http://demonumenta.fau.usp.br/borba-gato/>. Acesso em 20 jan 2024..

⁵Como os protestos decorrentes do assassinato de George Floyd.

⁶SETA, Isabel. Raríssimo manto tupinambá que está na Dinamarca será devolvido ao Brasil; peça vai ficar no Museu Nacional. G1 [online], 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/06/28/rarissimo-manto-tupinamba-que-esta-na-dinamarca-sera-devolvido-ao-brasil-peca-vai-ficar-no-museu-nacional.ghtml>. Acesso em 12 fev 2024.

manuscritos. A repatriação desses itens busca restabelecer os laços entre essas comunidades e seu patrimônio cultural, frequentemente desapropriado durante a colonização.

Além disso, a repatriação contribui para a preservação e a celebração das culturas indígenas e das tradições dos povos colonizados, que muitas vezes foram marginalizados e despojados de sua história. Os objetos repatriados podem servir como importantes instrumentos de educação e reconexão, ajudando a manter viva a memória e a herança dessas comunidades. É um esforço coletivo que envolve instituições culturais, governos e comunidades, além de ser um exemplo importante de como o passado pode ser retificado para construir um futuro diferente com mais respeito.

Esses eventos nos conduzem ao debate sobre os locais que perpetuam a memória colonial e sobre o processo de repatriação de objetos colonizados, o qual tem ganhado destaque na contemporaneidade. Esse movimento busca corrigir injustiças históricas, promovendo a renomeação de lugares para refletir sobre a inclusão de grupos marginalizados e a devolução de artefatos retirados de suas comunidades durante a colonização. Ao reintegrá-los às suas terras de origem, os países e as instituições detentoras dessas peças reconhecem a importância de respeitar os direitos das comunidades indígenas e das nações colonizadas sobre seu próprio patrimônio cultural. Tais contextos instigam a reflexão sobre a influência das práticas coloniais na construção da memória e na definição de referências culturais.

Nesse cenário, buscamos direcionar a atenção do leitor para a importância de promover intercâmbios entre patrimônio cultural e decolonialidade, uma abordagem que tem sido explorada em publicações mais recentes⁷ e em diversos eventos⁸. Estes encontros revelaram uma aspiração comum de desvendar a política patrimonial por meio de ir além de dimensões históricas, arquitetônicas e jurídicas, para entender também os valores emocionais e de resistência política que o patrimônio cultural pode proporcionar. Logo, as questões relacionadas ao patrimônio colonial transcendem

7Em 2022, o Dossiê Educação Patrimonial em Contextos: Cartografias e Cosmopercepções organizados por Adson Pinheiro, Átila Tolentino e Carmem Gil possui artigos com novas cosmopercepções e para pensar uma educação patrimonial decolonial e estão disponíveis em <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/issue/view/11/showToc>. Também podemos encontrar sobre a temática: CHUVA (2020); CHAGAS (2017); TOLENTINO (2018); AMARAL (2015).

8O "Congresso do Patrimônio Cultural - identidades e imaginários" (CPCidi), organizado pelo IAU USP em 2022, abordou a educação patrimonial decolonial. Mais informações em <https://doity.com.br/cpcidi/>. Além disso, a II Semana Decolonial do Patrimônio de São Pedro da Aldeia será realizada de 17 a 20 de agosto de 2023, em celebração ao Dia Nacional do Patrimônio Cultural (17/08). Leia mais em: <https://www.folhadoslago.com/cultura/sao-pedro-recebera-a-ii-semana-decolonial-do-patrimonio/20633/>.

meros eventos históricos e vestígios materiais do passado que podem ser simplesmente reconhecidos ou rejeitados.

Essa discussão ressoa com o apelo para considerar, reconhecer e permitir o debate acerca de outras abordagens para atualizar e ressignificar o pensamento dominante na medida em que aspira a revelar oportunidades para outros mundos mais equitativos através do conhecimento. E é esse conhecimento decolonial que apontamos como possibilidade para repensar categorias dominadoras como foi (ou é) o patrimônio cultural.

Diante dessas questões, surge a indagação: é realmente viável decolonizar o patrimônio? Tanto as pesquisas acadêmicas quanto as políticas públicas direcionadas à consideração e à identificação dos bens patrimoniais nos levam a questionar se as políticas estabelecidas de representação de memórias e identidades, o controle sustentável das interações socioeconômicas percebidas nas apropriações dos bens patrimoniais e o contínuo esforço para descolonizar as instituições e as práticas patrimoniais estão sendo eficazes. Além disso, surge o questionamento sobre como atribuímos significado às narrativas no intrincado processo de patrimonialização. O patrimônio, entendido aqui como uma matriz de poder, revela sua gênese intrínseca no contexto colonial. No entanto, surge a reflexão sobre como construímos esse conceito e reforçamos essa perspectiva. Como, então, construímos a ideia do Patrimônio Cultural? Logo, esse questionamento inaugura nossa discussão subsequente.

Diante das discussões aqui propostas, este artigo está dividido em seis seções, dentre elas esta introdução. A segunda seção aborda as perspectivas para decolonizar o conceito de patrimônio cultural. A terceira seção debate a construção do conhecimento em espaços museais e a prática dos profissionais de patrimônio cultural. A quarta seção, por sua vez, destaca que descolonizar o patrimônio cultural é revisar conceitos. A quinta seção analisa o processo de redefinição da construção da ideia de patrimônio nas políticas patrimoniais. E, por fim, a sexta seção apresenta as considerações finais.

Perspectivas para decolonizar o conceito de patrimônio cultural

Os sentidos e as concepções associados à gênese colonialista, quando aplicados ao contexto do patrimônio, revelam-se como por muito tempo o patrimônio cultural foi um fenômeno universalista que transcendeu fronteiras e se arraigou na

ideia universal moldada por uma cultura global, em que narrativas únicas são escolhidas e determinadas histórias são privilegiadas, sobretudo a de sujeitos de grande poder político e econômico. A ideia de patrimônio, envolta em uma teia de dominação colonial, assumiu uma complexidade que nos transporta além da mera conservação de objetos físicos. Ela nos conduz a uma reflexão sobre a imposição de normas estéticas e de categorias que influenciam nossa visão de mundo, moldando nossa percepção e nossa maneira de estar no universo. Esses princípios ecoam para além dos confins do colonialismo, adentrando os territórios da colonialidade, delineando, assim, as sutilezas das relações humanas e a compreensão do patrimônio em sua totalidade.

Nesse ínterim, Aníbal Quijano (1992) expõe a supremacia europeia sobre povos conquistados durante o colonialismo, abrangendo as esferas política, social e cultural. Apesar de aparentemente pertencer ao passado, as práticas desses povos persistem na contemporaneidade através da colonialidade, ancoradas na racialização, no eurocentrismo e na hegemonia do Estado-Nação, mantendo uma estrutura de poder colonial em curso. Assim, a influência colonial não desapareceu totalmente, permeando diversos aspectos da vida moderna, desde materiais educacionais até normas acadêmicas, expressões culturais e identidades individuais, evidenciando a necessidade de uma resistência teórico-política, conhecida como *opção decolonial*.

Essa postura epistêmica insurgente (MIGNOLO, 2008), concebida pelo grupo de intelectuais latino-americanos/as Modernidad/Colonialidad no final dos anos 1990, propõe uma radicalização do pensamento pós-colonial. O conceito de "giro decolonial", embora tenha surgido nas ciências sociais latino-americanas, transcende esse âmbito, representando uma insurgência mais ampla em instituições e áreas modernas como universidades, parlamentos e institutos. A decolonialidade, por sua vez, emerge como uma prática de oposição e intervenção, quando os primeiros sujeitos coloniais reagiram aos desígnios imperiais iniciados em 1492 (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007). Portanto, o "giro decolonial" não deve ser compreendido meramente como uma proposta teórica, mas como um movimento de resistência teórica e prática, político e epistemológico, contra a lógica da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2008; MALDONADO-TORRES, 2022).

No campo do patrimônio cultural, a opção decolonial representa uma perspectiva crítica que busca questionar as estruturas de poder e as influências coloniais que permeiam a produção, a interpretação e a preservação do patrimônio cultural. Essa abordagem desafia as narrativas estabelecidas que moldaram a defesa

da memória e das identidades, muitas vezes ligadas à construção do Estado-Nação, buscando uma revisão profunda das histórias e das perspectivas subalternizadas. O lugar de enunciação desse pensamento crítico decolonial está na valorização e no reconhecimento das vozes, dos conhecimentos e das experiências marginalizadas, buscando descentralizar narrativas hegemônicas e promover uma maior inclusão e representatividade na gestão do patrimônio cultural.

Explorar a temática da decolonialidade para o campo do patrimônio cultural demanda, em um primeiro plano, a realização de um exercício introspectivo, caracterizado pela reflexão sobre a concepção individual de "nossa identidade" diante do que denominamos como bens patrimoniais. Está no processo de refletirmos sobre nós mesmos e sobre a nossa percepção dentro dessas construções de memórias e de referências culturais em nossa época e na cidade que nos é apresentada, com seus conflitos, convicções e ambiguidades. Tal empreendimento implica o reconhecimento também de que nossa trajetória, enquanto profissionais do patrimônio, se enraíza em uma formação acadêmica e em uma experiência profissional que nos instruiu na classificação de pessoas e modos de vida segundo categorias de pensamento fundamentadas em perspectivas coloniais de ascendência europeia, sob a égide de leituras elaboradas por europeus ou norte-americanos. Nessa dinâmica epistemológica, os saberes e as narrativas locais europeias foram concebidos como projetos de alcance global, narrados a partir de uma perspectiva que coloca a Europa como ponto de referência e destino (MIGNOLO, 2003).

Ao analisarmos o conhecimento sobre patrimônio presente nos currículos universitários, por exemplo, torna-se evidente a importância de transcender o domínio intelectual de projetos globais desvinculados das histórias e das perspectivas locais. Muitas vezes, tais abordagens legitimam modelos arquitetônicos como merecedores de proteção, em detrimento de modelos construídos localmente e dos conhecimentos gerados dentro da própria comunidade. Conforme nos esclarece Boaventura de Sousa Santos (2003; 2006), a universidade desempenha um papel importante na consolidação dos cânones científicos como os únicos legítimos na produção de conhecimento. Qualquer forma de conhecimento gerada fora dos limites da ciência e, por extensão, fora da universidade, é rotulada como "ignorância". A proposta de mudança paradigmática desse autor abraça uma ecologia de saberes que reconhece a diversidade de conhecimentos heterogêneos, incluindo aqueles historicamente silenciados, como partes integrantes desse panorama.

É importante, nesse viés, reconhecer que o fenômeno da globalização, ao catalisar a formação de saberes que transcendem a influência suprimida das erudições ancestralmente contidas nas narrativas locais, impulsiona-nos a refletir sobre os conhecimentos tradicionais e ancestrais que foram reprimidos ao longo das eras por pensamentos universais constituídos ao longo do tempo e do espaço por padrões de colonialidade. Esse padrão, conforme Quijano (2010), é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista, baseando-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial. Esse modelo de poder permeia todas as esferas da vida social, operando tanto nos aspectos materiais quanto subjetivos da existência cotidiana e da organização societal.

É essencial, portanto, compreender que é preciso abdicar da concepção do patrimônio como uma entidade estática e contemplativa de modelos de beleza e estética pensados pelo colonialismo eurocêntrico, para passarmos a enxergá-lo como uma parte intrínseca de um processo cultural e histórico que influenciou a construção de categorias e moldou as formas de existência, não apenas em âmbito urbano, mas também globalmente e localmente.

Consideremos, exemplificativamente, a concepção relativa ao patrimônio, que, desde o século XIX, tem-se vinculado à busca de autenticidade em padrões arquitetônicos europeus, bem como nas narrativas protagonizadas por membros destacados de uma elite econômica, política ou intelectual. Estes, por sua vez, apresentam seus comportamentos e vivências como paradigmas de identidade e memória nacional. O que desejamos expressar não é a defesa da supressão ou da destruição desses bens culturais arquitetônicos, que ao longo do tempo se tornaram elementos intrínsecos das cidades e testemunhos das concepções das épocas que vivemos e reinterpretemos. O que almejamos é que eles sejam reconhecidos como pontos onde nossas identidades foram moldadas e forjadas, e a abordagem da categoria de patrimônio seja expandida, como tem sido anunciado há muitos anos na política brasileira que pauta o campo desde a promulgação da Constituição de 1988.

Os museus, ao longo dos séculos, testemunharam a ascensão de um pensamento colonizador e eurocêntrico, que evoluiu desde coleções elitistas associadas à dominação imperial até instituições educacionais direcionadas ao público, culminando contemporaneamente na concepção capitalista de museus como entidades equiparadas a espaços comerciais, cujas vitrines expõem produtos culturais, refletindo um apêndice da sociedade de consumo voltado para satisfazer um tipo específico de turismo e impor padrões culturais. Em contraste com essa abordagem,

emergem também na contemporaneidade outras concepções oriundas das perspectivas das comunidades, fundamentadas no conceito de Museologia Social, que se revela como um instrumento importante para o empoderamento de territórios e sujeitos historicamente privados de seu direito de narrar, expor e reinterpretar suas memórias por meio de novas narrativas e de contextos de luta e resistência em primeira pessoa (PEREIRA, 2018).

Contudo, essa transformação teórica, parte de um movimento iniciado a partir também da compreensão que as categorias europeias não seriam mais suficientes para explicar as questões relativas à diversidade de identidades e de narrativas constituídas no território pelas pessoas presentes neles. Sobretudo, quando nos deparamos com quadros em que o saber acadêmico se depara com uma problemática frequente que surge quando observamos como dependemos de forma excessiva de conceitos e de teorias provenientes de pensadores europeus. O desafio reside na apreensão da diversidade e dos saberes subalternos, reconhecendo que tais línguas e conhecimentos são compreendidos não à luz dos conceitos europeus, mas sim por meio dos próprios referenciais das comunidades. Dessa maneira, buscamos uma abordagem mais horizontal e alinhada às perspectivas locais, como vem sendo tratado dentro dos museus comunitários.

No capítulo intitulado "Community museums as spaces of decolonised university learning", Lauran Bonilla-Merchav (2022) faz uma proposta para ampliar o espaço universitário para a aprendizagem, envolvendo as comunidades que praticam a museologia e oferecem um potencial de pensamento crítico além do conhecimento autorizado e do ensino formal na academia. A autora examina dois exemplos de envolvimento de estudantes com museus comunitários na Costa Rica como o Museu Sor María Romero em San José e um projeto no Ecomuseu das Minas de Abangares em Guanacaste. A análise de Bonilla-Merchav destaca o papel social dos museus comunitários e das práticas sustentáveis, enfatizando uma abordagem ativa e construtivista para a decolonização do currículo, pensando as possibilidades de afastamento da epistemologia do Iluminismo, a valorização do ensino não hierárquico e as experiências desafiadoras e enriquecedoras proporcionadas aos estudantes por esses espaços.

Essas indagações nos convidam a uma reflexão profunda sobre os fundamentos que adotamos para conceituar o patrimônio em nossa formação acadêmica, bem como sobre nossa atuação enquanto profissionais engajados na esfera da preservação da memória. No emaranhado complexo de conhecimentos

diversificados que buscamos pluralizar, nos deparamos inevitavelmente com a disseminação de uma epistemologia moderna e ocidental que tende a reconhecer apenas a existência das diferenças.

No entanto, surge a questão de como abordamos e incorporamos essas diferenças de maneira abrangente, de modo que tais conhecimentos não sejam simplesmente catalogados e liberados das margens preexistentes. A transcendência dos paradigmas estabelecidos, como "diversidades" e "identidades", suscita a indagação: estamos, de fato, conferindo-lhes uma maior inclusividade e democratização? Com que frequência nos voltamos para as obras de autores norte-americanos, franceses e ingleses em nossa formação para definir esse conceito? E por que prestamos tão pouca atenção à produção acadêmica da América Latina, e ainda menos a de autores asiáticos e africanos? Em nosso campo profissional, no qual alternamos entre os papéis de técnicos, autoridades e ativistas, é fundamental avaliar de que forma contribuimos para a introdução de novas perspectivas alinhadas para a construção de políticas públicas que visam à decolonização.

É relevante questionarmos se, inadvertidamente, estamos contribuindo para a perpetuação de perspectivas que reforçam estruturas coloniais, em detrimento da promoção de rupturas e do desenvolvimento de consciências mais críticas. Essas indagações nos conduzem a considerar alternativas que nos permitam reavaliar nossa abordagem no sentido de tornar o patrimônio cultural mais acessível e relevante para a vida cotidiana das pessoas, buscando estimular reflexões em vez de mera celebração dos bens patrimoniais. Assim, surge a questão sobre a importância do conhecimento que adquirimos em nossa prática profissional no campo do patrimônio cultural, tema abordado com mais atenção a seguir.

A construção do conhecimento em espaços museais e na prática dos profissionais de patrimônio cultural

Por meio deste artigo, aspiramos evidenciar certas orientações primordiais para aprofundar as análises sobre a decolonização do patrimônio cultural, demandando uma reflexão sobre como formulamos entendimentos nesses contextos e como nos posicionamos enquanto agentes atuantes nesse campo. Como profissionais inseridos no âmbito do patrimônio cultural, devemos ser conscientes da influência de nosso próprio conhecimento colonizado e da forma como reconhecemos que nossas práticas e paradigmas epistêmicos podem dificultar a apreensão da intrincada

complexidade subjacente à caracterização de espaços, indivíduos e suas narrativas sob uma ótica descolonizadora. Inicialmente, reconhecemos que nossos conceitos de patrimônio podem estar enraizados em códigos, pensamentos e categorias estritamente colonialistas. No entanto, ressaltamos a existência de oportunidades reflexivas que abordam a ampla gama de questões enfrentadas em nosso cotidiano profissional.

Nesta publicação, não almejamos abordar integralmente a complexidade do processo de formação curricular nas universidades por meio da análise de planos de curso. No entanto, é fundamental refletir sobre nossas atitudes como profissionais do patrimônio cultural diante dos desafios apresentados pelos diversos contextos. Isso inclui considerar a demanda por uma ampliação dos conceitos originados das periferias e a compreensão aprofundada da inclusão de outras categorias de análise do patrimônio, como o patrimônio afetivo, mas essa relação só é possível se considerarmos como o próprio conceito de cultura é pensado dentro das comunidades. A memória social vai além da simples lembrança de eventos passados, sendo uma seleção de representações compartilhadas que estabelecem laços afetivos. A desvalorização de objetos no mercado capitalista reflete sua associação ao "valor sentimental", ignorando sua importância na construção da memória coletiva. Ao negligenciar esse aspecto, comprometemos a preservação desses bens culturais (OLENDER, 2017). Dentro do âmbito do patrimônio cultural, os conceitos provenientes das margens desafiam as tradicionais noções de autenticidade, valor e relevância. Eles ressaltam a riqueza da diversidade cultural e a multiplicidade de narrativas que enriquecem a identidade política de uma comunidade. Segundo Scifoni (2023, p.609), a ideia de considerar as referências culturais como patrimônio da vida cotidiana subverte o discurso dominante, que prioriza elementos excepcionais, monumentais e estético-estilísticos na definição de bens culturais.

A concepção de identidade na esfera política representa uma opção decolonial que viabiliza a formação de Estados plurinacionais, revelando as identidades de grupos cuja existência foi obscurecida pelo projeto geopolítico da colonialidade e promovendo uma política da diferença humana (MIGNOLO, 2008). Dessa maneira, ao adotar a identidade como um elemento político, ocorre o reconhecimento dos paradigmas, das formas de organização política e das relações de poder presentes nas disputas no território.

Uma abordagem que nos auxilia também sobre a necessidade de repensar a categoria do patrimônio para responder às indagações aqui propostas é encontrada

nas obras de José Reginaldo Santos Gonçalves, especificamente em seu texto "O patrimônio como categoria de pensamento". Na publicação, o autor adota uma perspectiva da antropologia cultural para conceber e compreender a categoria de patrimônio de maneira mais abrangente, aproximando-se da ambiguidade inerente à noção antropológica de cultura, que está constantemente sujeita às diversas concepções nativas. Ao explorar essa linha de pensamento, torna-se evidente que a categoria de patrimônio adquire uma perspectiva etnográfica quando considerada a partir do ponto de vista do outro. Isso exige dos profissionais do campo uma compreensão sobre como essa categoria pode ser útil para apreender e compreender outras culturas, inclusive aquelas que não se enquadram nos padrões estabelecidos, como modelos arquitetônicos aceitos ou práticas culturais que permaneceram inalteradas ao longo do tempo. Nesse sentido, questionamos a nossa capacidade de proporcionar reflexões sobre o universo mental e social de diferentes populações se não buscamos sequer ouvi-las para aprender como denominam e constroem seus saberes, enquanto utilizamos nossas próprias categorias para definir tanto eles quanto suas práticas.

O patrimônio, por sua vez, transcende sua função simbólica, à medida que entendemos que ele faz parte da vida das pessoas e está presente no cotidiano de forma ativa, nos usos políticos, econômicos e como definidor de nossos sentidos e emoções em relação a nossa presença na cidade e com a cidade. Assim, o patrimônio vai além da mera representação ou comunicação de narrativas históricas únicas para entender que é, fundamentalmente, um agente ativo na vida da urbe e de quem habita nela. Dessa forma, assumimos que os saberes que construímos e sua finalidade não se limitam apenas à representação de ideias e valores abstratos para a simples contemplação do patrimônio; ao contrário, o patrimônio, de certa forma, participa ativamente da construção e da formação das identidades das pessoas. Dessa forma, como podemos definir o conceito de patrimônio cultural?

A primeira resposta a essa provocação pode ser encontrada na reflexão de Reginaldo Gonçalves sobre o patrimônio como uma categoria dinâmica, capaz de proporcionar reflexões profundas sobre a interação entre culturas e seu papel ativo na configuração e no desenvolvimento das comunidades humanas. Para aprofundar esses pensamentos, é relevante entender como podemos responder as questões atuais que nos mostram a persistência de elementos do colonialismo em nossa época, como a naturalização da nomeação de ruas, escolas, bairros e praças, bem como a representação contínua e pública de monumentos que prestam homenagem a

indivíduos ligados a massacres e genocídios, no sentido de propor formas de saber do patrimônio que reforcem a crítica às memórias postas, e a ressignificação a partir da contemplação de princípios democráticos e participativos. Além disso, não podemos deixar de reconsiderar os espaços culturais, especialmente os museus, como um lugar onde constituímos saberes, principalmente a noção de universalidade.

A outra resposta está em rever a nossa noção de universalidade. O que pretendemos com o conceito único de patrimônio cultural? O paradigma do universalismo europeu reclama uma metamorfose em prol de um "universalismo universal", concebido como um projeto de sistema-mundo que aspire à inclusão e à representação de valores amplamente partilhados, tanto em nível interpessoal quanto interestatal, sendo difícil a inclusão da diferença.

No âmbito do conceito de universalidade, é possível estabelecer uma conexão com o papel desempenhado por certos museus ao longo da história para mostrar o domínio feito pelo esvaziamento dos objetos para categorias universais transformados em arte. Objetos que, em sua origem, desempenhavam múltiplas funções em suas comunidades são, após serem despojados de suas identidades originais, descontextualizados e exibidos em pedestais ou vitrines. Logo, a classificação desses objetos como "arte" é percebida como uma manifestação de violência imperial (VERGÈS, 2023, p. 84). A contribuição de Françoise Vergès nesse sentido, na obra intitulada "Decolonizar o Museu", ajuda-nos a definir que a instituição museológica, desde o seu alicerce conceitual, revela-se como uma estrutura intrinsecamente colonial e hierárquica.

Nessa perspectiva, a referida estrutura vislumbra o restante do globo, para além do Ocidente, como destituído de civilização, legitimando, desse modo, a apropriação de artefatos sob a premissa de que outras culturas carecem da habilidade de preservá-los ou compreender o valor intrínseco de seus tesouros. O museu, dessa forma, consolida-se enquanto instituição fundamentada na concepção de superioridade, reconfigurando a definição de arte mediante a metamorfose de objetos ordinários em obras de arte, desvinculando-os de seus contextos originais.

O conceito de decolonialidade, nesse contexto, nos estimula a reexaminar as narrativas históricas convencionais, que muitas vezes refletem uma perspectiva eurocêntrica. Esse princípio nos encoraja a acolher uma gama mais ampla de vozes e histórias, em linha com os debates historiográficos e em outras disciplinas nas décadas de 1970 e 1980. Essa era e pode ser caracterizada como a época do "novo", que trouxe à tona a importância de considerar as perspectivas indígenas,

afrodescendentes e de outros grupos marginalizados na construção do conhecimento científico.

Assim, a abordagem decolonial desafia a hegemonia cultural que prevalece no âmbito acadêmico, a qual frequentemente vincula a preservação do patrimônio a monumentos que têm relação com a formação do Estado-Nação. Isso influencia o que é considerado "valioso" no patrimônio, não apenas no que diz respeito à seleção dos monumentos, mas também na atribuição de valores e importância a esses monumentos. Isso implica que cabe ao Estado não apenas determinar quais objetos merecem ser preservados e perpetuados, mas também quais narrativas devem ser mantidas vivas quando se trata de bens culturais. Muitas vezes, essas narrativas são reforçadas pelas interpretações de guias de turismo, de acadêmicos, de educadores ou de projetos liderados por "especialistas".

Esse tipo de questionamento é fundamental para ampliar nossa compreensão e reflexão sobre a definição de patrimônio cultural. Ele nos leva a avaliar se de fato estamos incluindo as expressões e as práticas tradicionais que historicamente foram desvalorizadas ou ignoradas como protagonistas nos processos de patrimonialização. Além disso, nos incita a questionar a abordagem de algumas "autoridades do patrimônio" que buscam a perspectiva daqueles que participam de programas de formação para entender como eles definem o termo patrimônio cultural. Esse ponto nos leva a refletir sobre nossa disposição para ouvir o que o "outro" define, em vez de simplesmente esperar que eles adotem a definição que esperamos. Isso é fundamental para promover uma abordagem mais inclusiva e diversificada do patrimônio cultural.

O conceito de "discurso patrimonial autorizado" é uma ferramenta perspicaz para examinar questões relativas ao discurso patrimonial e às relações de poder, uma vez que teoriza o discurso patrimonial dominante das autoridades, dos profissionais do patrimônio e da classe de elite como "autorizado", o que geralmente limita ou suprime expressão do valor e uso do patrimônio por grupos subordinados (SMITH, 2006). Quando reconhecemos nosso papel crucial no processo de decolonização do patrimônio, é imprescindível destacar que o patrimônio só adquire sua verdadeira natureza quando é empregado, quando se converte em uma ferramenta cultural na negociação do significado que o passado detém no presente. Como exemplifica Smith (2021, p.4), itens trancados em cofres de museus ou partituras musicais jamais entoadas não podem ser considerados patrimônio; sua condição de tal apenas se

manifesta quando são utilizados ou interpretados para facilitar a compreensão do passado no contexto contemporâneo.

Dessa forma, nós, que atuamos no campo profissional, reconhecemos que é por meio de uma atividade discursiva e social que construímos o patrimônio, entendendo-o como algo em contínuo processo de construção, e não como algo que meramente se detém ou se mantém⁹. Em outras palavras, compreendemos o patrimônio, conforme descrito por Smith *et al.* (2023), como uma prática dinâmica, um processo ou uma atividade performativa na qual o significado é constantemente gerado e reconfigurado.

Adotar essa perspectiva implica reconhecer que os bens patrimoniais estão intrinsecamente ligados às atividades de lembrança e celebração, utilizando o passado como uma ferramenta para dar sentido ao presente. Como prática, o patrimônio trata fundamentalmente da negociação do significado e da natureza da mudança social e cultural; é sobre a mediação de conflitos sociais e culturais. Além disso, sendo uma prática, o patrimônio também se manifesta como uma performance corpórea, indicando que é a interação entre ações e discursos que contribui para a criação ou recriação de significados para o patrimônio, validando assim a relevância do passado para satisfazer as necessidades do presente. Contudo, como nós profissionais do patrimônio podemos contribuir para o processo de decolonização do patrimônio cultural?

Os profissionais do patrimônio, conforme argumentado por Giulia Crippa (2021), devem estar atentos às comunidades afetadas para compreender o significado dos lugares, já as estratégias de gestão devem levar em consideração como esses locais são preservados na memória pública. Planos eficazes para esses locais devem ser baseados em uma análise da forma como os eventos, aos quais o patrimônio está ligado, são lembrados. Em alguns casos, os significados dos lugares podem se alterar com o desaparecimento ou com a distorção das memórias; argumenta-se que os locais devem ser modificados ativamente quando servem apenas para perpetuar a memória dos perpetradores, em detrimento da memória das vítimas.

É crucial identificar quais aspectos do passado são ignorados ou distorcidos na interpretação do patrimônio e cabe aos profissionais do campo entenderem e contribuir para buscar uma possível restituição de narrativas silenciadas, subjetividades reprimidas, linguagens e saberes considerados subalternos. Essas

⁹Não se trata apenas de uma questão de prática profissional, como Smith *et. al* (2023) adverte, mas também de como os grupos comunitários e as pessoas em geral se envolvem nessa prática.

questões suscitam reflexões sobre as experiências que podem se apresentar como emancipadoras e libertadoras sob um discurso patrimonial e museal progressista, mas que, na prática, podem servir aos interesses de uma sociedade reacionária e limitadora. A discussão sobre a colonialidade do poder e do saber abre caminho para construções coletivas que expressem a relação mútua entre os objetivos do museu e as expectativas dos grupos que o integram. Sob a influência do desejo de romper com a colonialidade do saber, é fundamental considerar o nosso papel no campo do patrimônio cultural, pois assumimos claramente uma condição e uma atuação diferenciadas nesse contexto democrático e diante das demandas da prática patrimonial.

Essas indagações nos instigam a uma profunda introspecção sobre como definimos a categoria do patrimônio cultural de maneira presumida como "correta". Isso suscita reflexões sobre nossas expectativas em relação ao "outro" quando inquiremos: "O que representa o patrimônio para você?" Ao formular essa pergunta, evocamos uma constelação de conceitos que não apenas delineiam nossa intenção comunicativa, mas também delineiam aquilo que o interlocutor não expressou. Surge, assim, a necessidade de questionarmos se o "outro" está consciente do significado de termos como *cultura*, *memória*, *identidade* e *referências culturais*, frequentemente destacados em materiais convencionais de educação patrimonial, como brochuras informativas. Surge, portanto, a pertinência de indagar como podemos proceder com a decolonização de nossos próprios conceitos. Este questionamento constitui parte essencial da reflexão subsequente.

Decolonizar o patrimônio cultural é revisar conceitos

Como salientamos, a noção de patrimônio é central para nossa argumentação, pois o consideramos como um fenômeno cultural ubíquo que se manifesta em museus, arquivos e ambientes construídos, e, por sua vez, continua a se expandir e diversificar (Smith, 2006). É evidente a complexidade inerente à definição de patrimônio, uma vez que está intimamente relacionada a conceitos como cultura, tradição e identidade, e é objeto de disputa em um campo multidisciplinar. A dicotomia estabelecida ao longo do tempo entre patrimônio material e imaterial, representada por relíquias tangíveis como monumentos, edifícios, artefatos e memoriais, e o patrimônio entendido como imaterial, que engloba aspectos políticos e estratégicos na compreensão de grupos, indivíduos e seus conhecimentos e práticas, está em jogo aqui. No entanto, para efetivar a decolonização, é imperativo integrar essas

compreensões e conceber o patrimônio em sua complexidade material, simbólica, política, econômica e emocional.

Na sua concepção tradicional, o patrimônio foi – e ainda é em certa medida – comumente associado a uma qualidade material intrínseca, inseparável das noções de civilização artística e cultural europeia. Isso frequentemente se traduziu em uma abordagem elitista, de cima para baixo, que privilegiava determinados objetos, rituais e instituições em detrimento de outros em diferentes períodos históricos. Nesse sentido, o patrimônio muitas vezes adquire uma conotação triunfalista, ao celebrar feitos heroicos ou eventos marcantes na história de uma nação ou continente. As recentes controvérsias relacionadas a currículos acadêmicos, estátuas e legados do império evidenciam que ainda não superamos, como alguns profissionais podem ter presumido, uma vez que ainda há um forte investimento em diferentes concepções de patrimônio, tanto por parte daqueles que contestam os pontos de vista predominantes, quanto por parte daqueles que os defendem.

De fato, a frequente utilização do termo "patrimônio" por si só, muitas vezes, sugere que as culturas europeias brancas dominantes ainda mantêm uma posição de destaque, conforme evidenciado em escolhas por práticas educacionais, turísticas e investimentos de recursos públicos em locais que perpetuam uma narrativa dominante. No entanto, devemos reconhecer as mudanças no campo decorrentes de um processo crítico de abordagem metodológica do patrimônio, que hoje valoriza sua diversidade e contexto local, em contraposição a uma visão passada que promovia orgulho em vez de reconhecimento de vergonha, desencorajamento ou indignação diante de coleções e monumentos coloniais.

A contestação emergente do conceito de patrimônio em espaços públicos e institucionais frequentemente advém de vozes dissidentes e marginalizadas, que demandam ser ouvidas e tratadas com equidade, especialmente quando se trata de questões como "Quem detém o patrimônio?" e "Qual é a função do patrimônio?" Esses debates foram intensificados não apenas pela presença persistente de monumentos de natureza colonial em espaços públicos, mas também pela marginalização e pelo racismo estrutural enfrentados por comunidades não brancas que residem em áreas urbanas europeias, muitas vezes sujeitas a longos períodos de preconceito e discriminação arraigados.

Conforme adentramos nas nuances dessa herança, somos confrontados com a responsabilidade que cada um de nós possui nessa narrativa. Todos nós somos zeladores do patrimônio, incumbidos de preservar e proteger essa riqueza para as

gerações vindouras. Contudo, surge o questionamento: que futuro estamos construindo? Como podemos enriquecer verdadeiramente a diversidade e a profundidade do "Patrimônio" confiado a nós, trazendo mais cores, corpos e vozes para honrá-lo adequadamente?

A reavaliação do domínio do patrimônio cultural e natural sob uma perspectiva decolonial implica uma reestruturação paradigmática que transcende a mera concepção do patrimônio como uma herança estática do passado. Essa abordagem demanda uma compreensão mais dinâmica e participativa, que reconhece o patrimônio não apenas como uma entidade a ser preservada, mas como uma construção contínua que se desdobra no presente, integrada à política contemporânea. Participação não se resume apenas a ocupar assentos em conselhos.

Essa reconceituação fundamental do patrimônio cultural exige um compromisso ativo com os pleitos e os desafios do presente. Não se trata apenas de preservar tradições puras ou artefatos históricos, mas de reconhecer o patrimônio como uma expressão dinâmica e mutável que reflete e influencia a identidade das comunidades no aqui e agora. Dentro desse contexto, a abordagem decolonial surge como um profundo exercício de autoexame. A ideia de "falar de si" transcende o âmbito pessoal e adquire uma dimensão mais ampla, demandando uma compreensão individualizada de um universo cultural permeado por legados coloniais. Não se restringe apenas a questionar o significado do patrimônio cultural para um indivíduo, mas a envolver uma consciência crítica das lentes eurocêntricas que historicamente influenciaram as percepções culturais, abrindo espaço para uma perspectiva mais inclusiva e equitativa, que incorpora vocabulários, locais de memória com narrativas comunitárias, entre outros pontos de vista locais, como parte do processo de descolonização do patrimônio cultural.

Sim, a partir dessa abordagem, podemos realizar uma incursão significativa em uma reflexão decolonial sobre como o patrimônio desafia as estruturas tradicionais de preservação e busca uma redefinição mais ampla e justa das narrativas culturais. A compreensão do patrimônio como uma construção política presente, comprometida com as necessidades contemporâneas, ilustra a perspectiva decolonial, que busca superar as limitações do passado colonial e promover uma abordagem patrimonial mais dinâmica e participativa. Ao questionar as concepções preconcebidas e eurocêntricas de patrimônio, essa reflexão visa ampliar o leque de perspectivas consideradas legítimas na preservação e na valorização do patrimônio cultural.

Nossa perspectiva, enquanto participante deste diálogo decolonial, visa desvendar e desmantelar as distorções que influenciaram nossa visão do mundo. Isso implica uma autoconsciência crítica desenvolvida nas experiências culturais marcadas pelo colonialismo. Nesse exercício de autoexame, reconhecemos a importância de romper com as narrativas eurocêntricas que, ao longo do tempo, influenciaram a percepção, moldando uma visão muitas vezes limitada e distorcida da realidade. A decolonização do olhar, longe de ser apenas uma reflexão interna, representa uma expansão de consciência, visando transcender as limitações de uma perspectiva cultural imposta.

A nossa maneira de ver as coisas, nesse contexto decolonial, propõe-se a ser uma reação consciente e intencional contra a submissão acrítica a paradigmas culturais que perpetuam desigualdades e perpetuam a supremacia de determinadas narrativas. Há, portanto, uma urgência em reconstruir através de uma lente decolonial, uma compreensão do eu que escape das amarras impostas por estruturas de poder coloniais. Qual é a minha concepção do termo "Patrimônio" e qual é a fonte do meu entendimento desse conhecimento? O meu conhecimento sobre patrimônio é permeado por influências coloniais? Como percebo a perspectiva que os outros têm acerca do patrimônio? Quais são as implicações, tanto expressas quanto implícitas, ao denominarmos algo como patrimônio cultural?

Esta abordagem, em sua erudição decolonial, busca a libertação do pensamento das amarras da "colonialidade do saber"¹⁰, almejando uma visão que honre a diversidade, dê espaço às vozes subalternas e desmistifique as hierarquias culturais estabelecidas historicamente. Assim, falar de si no contexto decolonial não é apenas uma expressão de subjetividade, mas uma declaração de intenção de desatar os nós que ligam a compreensão individual ao legado colonial.

O processo de redefinir a construção da ideia do patrimônio nas políticas patrimoniais

Ao examinar os compromissos estabelecidos com o Estado para a preservação do patrimônio, torna-se imperativo transcender a concepção estritamente preservacionista, como estamos destacando em nossa discussão, provocando uma reflexão sobre os critérios subjacentes à seleção do que é conservado e, conseqüentemente, estimulando uma avaliação crítica dessa prática. À medida que essa análise avança, torna-se inevitável compreender o papel do conhecimento

¹⁰Para aprofundamento do conceito sugere a leitura de LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMES (2005).

acadêmico no processo de tomada de decisão, especialmente nas áreas de arquitetura, arqueologia, antropologia e história, que ao longo do tempo têm sido terrenos propícios, sobretudo a partir do século XIX, para a perpetuação de estruturas coloniais. Não estamos sugerindo que esses campos ainda promovam essa agenda, como evidenciado, por exemplo, pelo movimento da História social a partir da década de 1970, que busca interpretar a sociedade a partir de uma perspectiva da "história vista de baixo", abrindo espaço para a voz dos marginalizados. No entanto, uma análise crítica desses domínios de estudo revela-se essencial para dismantelar estruturas que historicamente sustentaram relações de poder e conhecimento.

Ao analisarmos a abordagem conferida às expressões imateriais por tais esferas, sob uma ótica eurocêntrica, observamos uma propensão em rotulá-las como mera folclorização, imutáveis, o que culmina em uma visão simplificada e distanciada do valor dinâmico e plural inerente a essas manifestações culturais. A sugestão de adotar uma abordagem etnográfica mais dinâmica e historicizada para compreender tais bens imateriais se destaca como uma alternativa mais enriquecedora e respeitosa, rompendo com a propensão à objetificação e reconhecendo que o patrimônio é produto de confrontos, resistências, embates e processos. Nesse sentido, essa análise aprofundada delineia uma trajetória que visa transcender os paradigmas tradicionais na abordagem do patrimônio cultural, resultando em uma perspectiva mais crítica, equitativa e contextualizada em relação ao presente e às dinâmicas culturais em questão.

A indagação podemos assim estender para as políticas patrimoniais estatais, especialmente no que diz respeito à maneira como se deve "zelar" pelo patrimônio, provocando uma reflexão sobre abordagens que possam transcender o senso comum. Surge, portanto, a indagação sobre a existência de uma forma de preservar o passado que ainda não tenha sido amplamente reconhecida ou praticada. No que diz respeito à entidade responsável por essa guarda e preservação, surge a consideração de uma construção de autoridade que promove uma epistemologia dominante. A definição de quem cuida do patrimônio não apenas reflete dinâmicas de poder, mas também influencia a maneira como a sociedade interpreta e se relaciona com seu legado cultural.

Outra linha de reflexão incide sobre o potencial desenvolvimento vinculado ao patrimônio quando o inserimos numa esfera econômica. Tal compreensão evidencia como o patrimônio frequentemente se submete a uma lógica capitalista, ressaltando um viés utilitarista da preservação dos bens culturais. A questão central, portanto,

indaga sobre quem colhe os benefícios econômicos do patrimônio, destacando a dimensão monetária intrínseca nesse contexto e revelando relações de poder que podem não ser explicitamente delineadas. Por fim, a concepção do patrimônio como um direito propõe uma reavaliação dos significados atribuídos ao passado face às mudanças sociais e culturais. Isso implica uma reconfiguração dos fundamentos conceituais que permeiam a percepção coletiva do patrimônio, orientando-se pelas necessidades emergentes e pelas transformações contínuas da sociedade.

O delineamento da concepção atribuída ao Patrimônio Cultural emerge como um fenômeno multifacetado, pois vai além da mera valorização monetária, transcendendo à esfera da herança e da ancestralidade. Essa abordagem adentra mais profundamente no valor intrínseco subjacente a esse legado cultural, seja ele econômico, histórico ou arquitetônico, destacando não apenas a dimensão material, mas também a dimensão humana e afetiva na relação com os objetos que o compõem. Assim, observamos uma predominância da ênfase na propriedade, muitas vezes em detrimento da valorização da herança e da ancestralidade. A interseção entre patrimônio e propriedade revela-se importante na questão do valor, sendo imperativo atribuir um valor imediato e utilitário para evitar a extinção de elementos culturais, frequentemente justificada pela pressão de interesses comerciais.

Ao longo da história, os monumentos desempenharam o papel de símbolos culturais a serem protegidos pelo Estado, delineando espaços de imposição que determinavam o que era valorizado em nome do progresso, relegando muitas vezes a segundo plano aspectos mais intimamente ligados à identidade e à história das comunidades.

Nesse contexto, é imprescindível reconhecer a violência inerente a esse processo, que se manifesta na imposição perpetrada por instituições preservacionistas de valores, signos e significados. Ao perpetuarem essas narrativas colonialistas, tais instituições acabam por impor uma visão particular do passado, silenciando vozes e perspectivas alternativas. Um exemplo elucidativo é o debate em torno dos objetos repatriados, mencionado anteriormente, que revela uma história marcada por saques e violências, evidenciando como os museus, ao alegarem o cuidado desses acervos, muitas vezes estão ligados a narrativas de conquista e subjugação. Diante disso, torna-se premente abrir espaço para as vozes silenciadas, questionando de onde elas vêm e quais são suas contribuições para uma compreensão mais completa e justa da história e do patrimônio cultural.

Nessa linha, concordamos com a assertiva de Knudsen e Zabunyan (2021), que destacam a contestação insurgente em relação ao patrimônio que emerge frequentemente de vozes dissidentes e marginalizadas, clamando por igualdade de voz e atenção, especialmente quando se indaga sobre a quem pertence o patrimônio e qual seu propósito. A recuperação das tradições indígenas, incluindo a tradição oral, é apontada como um exemplo dessa busca por inclusão. Na esfera decolonial, reconsiderar o conceito de cultura implica uma empreitada desafiadora que visa transcender as abordagens eurocêntricas e coloniais que, ao longo do curso histórico, fundamentaram essa apreensão. Este exercício de reavaliação propõe uma redefinição profunda, afastando-se das narrativas históricas hegemônicas, e proporciona uma abertura para perspectivas mais inclusivas e equitativas. Neste cenário, delineiam-se preceitos para uma abordagem decolonial do conceito de patrimônio cultural e a possibilidade de decolonização das políticas patrimoniais.

É importante, em primeiro lugar, desafiar o Estado a questionar as definições eurocêntricas predominantes de cultura, as quais frequentemente refletem pressupostos e valores europeus. Esse desafio implica reconhecer as diversas formas de conhecimento, práticas e expressões culturais que não se encaixam nessas estruturas conceituais estabelecidas. Além disso, propomos a adoção de uma abordagem inclusiva, que valorize a multiplicidade de culturas existentes globalmente, com especial atenção às culturas locais, tradicionais e indígenas, sem subjugá-las a uma hierarquia cultural imposta. Nesse sentido, observamos um movimento em direção à compreensão dos inventários participativos como uma ferramenta ativa nos processos de patrimonialização, nos quais a comunidade é ouvida e participa ativamente.

Outro ponto importante consiste na priorização da escuta ativa e no estímulo ao diálogo intercultural vindo das aldeias e dos quilombos, visando evitar a imposição de valores culturais hegemônicos. A compreensão mútua e a troca de perspectivas são consideradas cruciais para uma abordagem decolonial da cultura. Paralelamente, propõe-se desafiar estigmas e estereótipos associados a determinadas culturas, enfatizando a necessidade de questionar representações prejudiciais historicamente perpetuadas. No âmbito da autodeterminação cultural, enfatizamos a importância de respeitar e promover o direito das comunidades a definirem e preservarem suas próprias práticas culturais, sem interferência externa. Pois o questionamento das narrativas dominantes sobre o patrimônio cultural, frequentemente centradas em

eventos coloniais, destaca a necessidade de uma reavaliação que incorpore perspectivas e narrativas locais, muitas vezes marginalizadas ou apagadas.

O desenvolvimento de uma consciência crítica da colonialidade e de suas implicações na compreensão da cultura emerge como uma faceta essencial. Reconhecer como as estruturas coloniais moldaram a percepção e a valorização de diferentes culturas ao longo do tempo dentro das políticas culturais constitui um passo fundamental. Finalmente, almejamos trabalhar em prol da equidade cultural, reconhecendo e abordando as desigualdades históricas que afetaram certas culturas, envolvendo políticas corretivas em resposta às injustiças perpetradas ao longo da história colonial.

Adotar uma perspectiva decolonial da cultura busca, acima de tudo, fomentar uma compreensão mais inclusiva, equitativa e respeitosa das diversas expressões culturais ao redor do mundo, reconhecendo a multiplicidade de vozes e experiências. Tal abordagem implica em

[...] um trabalho de orientação decolonial, dirigido a romper as correntes que ainda estão nas mentes, como dizia o intelectual afrocolombiano Manuel Zapata Olivella; desescravizar as mentes, como dizia Malcolm X; e desaprender o aprendido para voltara aprender, como argumenta o avô do movimento afro equatoriano Juan García. Um trabalho que procura desafiar e derrubar as estruturas sociais, políticas e epistêmicas da colonialidade – estruturas até agora permanentes – que mantêm padrões de poder enraizados na racialização, no conhecimento eurocêntrico e na inferiorização de alguns seres como menos humanos (Walsh, 2009, p. 24).

No âmbito das construções e das desconstruções no contexto do patrimônio cultural, emerge a temática da governança. Esta se configura como uma instituição orientadora, promovendo a mobilização de uma cidadania cívica e ordenada em direção a uma cidadania crítica. Dentro dessa perspectiva, destaca-se o direito fundamental de ter a narrativa contada e uma história reparada, projetando-se como elementos essenciais no panorama do patrimônio cultural. Contudo, a conformidade não pode ser tolerada nesse contexto. Urge a necessidade de garantir a dignidade daquelas cujas vozes e memórias foram silenciadas no espaço urbano, desafiando assim a normatividade que historicamente impôs o apagamento de narrativas e experiências.

Desse modo, a produção do esquecimento surge como uma consideração importante, revelando-se como um projeto de mortandade e desencantamento. Nesse processo, o ato de produzir esquecimento se manifesta como um instrumento de aniquilação, obscurecendo e relegando ao olvido aspectos fundamentais da história e da identidade. Por fim, o patrimônio, entendido como um contínuo processo de

aprendizado, adquire destaque. Aprender, nesse contexto, transcende a mera aquisição de conhecimento; implica uma profunda conexão com o afeto. Esse vínculo intrínseco à esfera do sentir, do viver e do questionar, conforme enfatizado por Luiz Rufino (2021), delinea o patrimônio como um fenômeno multifacetado, enraizado na experiência humana e na constante busca por compreensão e significado.

Nesse íterim, a incumbência dos bens culturais sob a tutela estatal é conferida à responsabilidade das pessoas, em que a falta de comprometimento ou desconhecimento acerca do patrimônio pode acarretar em sua negligência e, por conseguinte, ausência de preservação. Em relação às distinções hierárquicas estabelecidas entre patrimônio material e imaterial, emergem questões relevantes, determinando a alocação de recursos, profissionais e objetos. Dentro dessa dinâmica, conceitos adicionais vêm à tona, delineando as complexidades inerentes a essa dicotomia.

A abordagem etnográfica ao patrimônio imaterial adquire destaque, pois este campo muitas vezes pode refletir o projeto colonial de relacionamento entre pessoas e objetos do que propriamente a expressão autêntica da comunidade e sua autogestão. Nesse contexto, questões pertinentes à arqueologia de contrato e ao patrimônio imaterial surgem como potenciais obstáculos ao desenvolvimento, suscitando uma reflexão sobre sua eficácia e implicação na preservação e compreensão do patrimônio cultural. Como, por exemplo, como empreendimentos imobiliários podem afetar a dinâmica territorial e ritual dos grupos tradicionais.

A perspectiva tradicional do patrimônio, frequentemente, busca estabelecer uma forma de governança ou controle, com o propósito de impor uma ordem predefinida, isso pode aparecer tanto em decretos que não incluem instruções de tombamento que privilegiem as comunidades nem planos de salvaguarda mais dinâmicos, visto as transformações diárias diante dos impactos das atividades cotidianas.

Contudo, uma abordagem mais fecunda em relação ao patrimônio emergiria ao engajar uma "cidadania crítica" e comprometida, propiciando assim uma narrativa patrimonial compartilhada de maneira mais abrangente, superando as fronteiras de uma cidadania estritamente cívica. Tal abordagem implica ouvir a voz daqueles que são impactados quando se discute o patrimônio, assegurando-lhes o direito de contar suas próprias histórias e perspectivas, em vez de simplesmente submetê-los a uma narrativa impostergável.

Nesse sentido, a mobilização de uma "cidadania crítica" não apenas desafia a passividade de uma visão tradicional do patrimônio, mas também reconhece a diversidade de vozes e experiências dentro de uma comunidade. Isso posto, garantir a participação ativa daqueles que têm suas histórias entrelaçadas com o patrimônio não apenas enriquece a compreensão coletiva desse legado, mas também promove um ambiente inclusivo, onde a multiplicidade de perspectivas é valorizada.

Portanto, ao transcender os limites de uma cidadania estritamente cívica, essa abordagem mais participativa não apenas amplia o alcance da narrativa patrimonial, mas também fortalece os laços entre as comunidades e seu legado cultural. A construção de uma narrativa do patrimônio que seja verdadeiramente inclusiva e reflexiva demanda, assim, um compromisso com a escuta ativa e a valorização das diversas vozes que contribuem para a tessitura desse intrincado tecido cultural.

O paradigma tradicional que permeia o conceito de patrimônio, frequentemente abordado sob uma perspectiva conservacionista, encontra suas raízes nas disciplinas acadêmicas de história, arqueologia e arquitetura. Esta abordagem, entrelaçada a uma visão romântica do passado frequentemente promovida por grupos políticos detentores de poder, não apenas salvaguarda o acesso futuro a esse patrimônio, mas também estabelece uma hierarquia de responsabilidades, relegando a entidades como o Iphan uma atuação restrita ao âmbito do patrimônio nacional, desconsiderando territórios de valia mais ampla. Torna-se imperativo reconhecer que os indivíduos coabitantes de espaços adornados por monumentos são portadores de suas próprias culturas, desafiando, assim, a imposição de cânones estéticos e padrões de beleza preconizados.

A compreensão do patrimônio como uma manifestação local, pautada por categorias endógenas, emerge como elemento vital na prevenção da negligência das construções epistemológicas específicas a determinado lugar. O patrimônio, longe de ser mero acesso ao pretérito, revela-se uma contínua contenda no presente, insurgindo contra narrativas tradicionais impregnadas de eurocentrismo, patriarcado e branquitude. A adoção de abordagens pós-preservacionistas implica transcender a concepção universal e monetarista do patrimônio, reconhecendo suas múltiplas significâncias para distintas comunidades e incorporando uma perspectiva intrínseca às questões étnico-raciais. A transformação na abordagem contemporânea do patrimônio demanda uma análise crítica das práticas cotidianas das comunidades locais e uma escuta ativa de suas identificações patrimoniais, destacando a relevância de se questionar as repercussões advindas da desconsideração das vozes das

peessoas nos debates sobre o patrimônio. Logo, a compreensão do patrimônio para além de sua materialidade efêmera e ancestral é vital para uma apreciação holística e inclusiva do nosso legado cultural.

Considerações finais

O presente estudo se propôs a analisar a perspectiva decolonial do patrimônio cultural para pensar suas implicações nos âmbitos teórico, epistêmico e metodológico, buscando estimular uma reflexão sobre o papel dos profissionais envolvidos na preservação do patrimônio, muitas vezes denominados como "autoridades patrimoniais", e o papel da administração pública na gestão do patrimônio cultural. Essa análise ocorreu em virtude dos cenários dos atuais desafios enfrentados pela gestão diante das demandas do tempo presente de ampliar os conceitos e de questionar as políticas patrimoniais atuais, que visa não se restringir apenas a compreensão dos patrimônios culturais reconhecidos, bem como a crítica dos conceitos subjacentes a eles.

Ao investigar essas questões, voltamo-nos para a decolonialidade como um instrumento para salientar que não se trata de um estado a ser reivindicado por movimentos singulares, mas de uma interrogação contínua que permanece relevante nos quadros teóricos, metodológicos e nas diversas práticas empregadas pelos profissionais do patrimônio. O modo como lidamos com essa questão, onde e como incorporamos a decolonialidade, tem um impacto significativo. Através da lente da "*matriz patrimonial de poder*", muitas vezes reforçamos o que é considerado digno de preservação, proteção e reconhecimento, ao passo que relegamos outras expressões ao esquecimento ou à negligência. Ao categorizarmos pessoas, materiais, lugares e entidades em diferentes níveis de visibilidade e valor futuro, o conceito de patrimônio evidencia, amplifica e perpetua as dinâmicas de diferenciação racial, de gênero e de classe, refletindo as persistências coloniais em termos de estruturas de poder e as mudanças nas relações, enquanto a experiência concreta de exclusão continua a se manifestar.

A pergunta "Em nome de quem estamos falando?" permanece em aberto para nós profissionais do patrimônio cultural, que nos desafiamos nas instituições que atuamos como museus, coordenadorias de patrimônio, atuações em contratos de arqueologia e tantos outros espaços, as comunidades nos apresentam um apelo ao reforço urgente dos espaços acadêmicos e institucionais para a decolonialidade como

um campo de prática, a fim de que as vozes sejam consideradas, e não apenas ouvidas. Afinal, a noção de patrimônio cultural muitas vezes foi moldada por uma narrativa dominante que enfatizou os feitos e as perspectivas das culturas ocidentais, enquanto marginalizou e até apagou as vozes e as histórias de grupos indígenas, minorias étnicas, comunidades afrodescendentes e outras populações historicamente discriminadas. Cada exemplificação apresentada aqui ressalta como a decolonização do patrimônio cultural é um desafio intrincado que demanda sensibilidade cultural, diálogo, colaboração e, em muitos casos, transformações estruturais nas abordagens convencionais de preservação e gestão do patrimônio.

Ao analisar essas perspectivas, o artigo traz ao menos três novas contribuições, a saber: i) enfatiza o envolvimento ativo das comunidades na gestão do patrimônio, promovendo uma abordagem democrática e inclusiva; ii) reconhece a importância de considerar múltiplas visões sobre o patrimônio, valorizando a diversidade cultural e histórica das comunidades envolvidas; e iii) valoriza a importância das práticas culturais e das experiências cotidianas das pessoas em relação ao patrimônio, promovendo uma conexão mais profunda e significativa.

A decolonização do patrimônio, desse modo, requer um diálogo aberto e genuíno com todos os membros das comunidades e da sociedade, e implica na partilha de poder e autoridade. Decolonizar, portanto, implica na transformação das instituições culturais em comunidades de aprendizado. Isso requer a criação de espaços para múltiplas perspectivas, revelando os diversos contextos que influenciam nossa interpretação de objetos e temas. Além disso, implica na compreensão de que todas as pessoas possuem patrimônio, não apenas na teoria, mas na prática vivencial dessas noções em seu cotidiano, em suas lutas e negociações diárias. Somente assim, poderemos vislumbrar a possibilidade de um outro tipo de patrimônio, ou de viver de maneiras distintas com o patrimônio, no patrimônio e em prol do patrimônio.

Referências bibliográficas

AMARAL, J. P. P. do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação – IPHAN, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2015.

BONILLA-MERCHAV, L.. Community museums as spaces of decolonised university learning. In: BROWN, K., RUEDA, A. S. González; SOARES, B. B.(Eds.). **Decolonising Museology**, vol. 3. Decolonising the Curriculum. 1. ed. Paris: ICOFOM/ICOM, 2022.

CASTRO-GÓMEZ, S.& GROSFUGUEL, R.. "Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico", In CASTRO-GÓMEZ, S. & G., Ramon (coords.) **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CHAGAS, Mário. Museus e Patrimônios: por uma poética e uma política decolonial. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 35, 2017, pp.121-138. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf.

CHUVA, Márcia. Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas. In: Alice Duarte (ed.), **Seminários DEP/FLUP**, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, 2020. p. 16-35. <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>.

CRIPPA, G. Memória, patrimônio e dissonâncias. **Informação & Informação**, [S. l.], v. 26, n. 4, p. 24–47, 2021.

KNUDSEN, B. T. et al. **Decolonizing colonial heritage: New agendas, actors and practices in and beyond Europe**. 1st Edition ed. London: Routledge, 2021.

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 1- 128.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre La colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO-GOMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Org.). **El giro decolonial :** Relexiones para uma diversidade epistêmica más Allá Del capitalismo global. Bogotá: UniversidadJaveriana-Instituto Pensar, 2007.

MALDONADO-TORRES, N.. **Sobre a colonialidade do ser: contribuições para o desenvolvimento de um conceito**. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica. **Cadernos de Letras da UFF - Dossiê: Literatura, língua e identidade**, 34, 2008, pp. 287-324.

MIGNOLO, W. D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In S. C. Gómez & R. Grosfoguel (Orgs.). **El giro decolonial**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores ; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, pp. 25-46.

MIGNOLO, W.. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. In: SCHIWY, Freya; MADONADO-TORRES, Nelson; MIGNOLO, Walter D. **Descolonialidad del ser ydel saber**. Buenos Aires: Del Signo: 21-22, 2006.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

OLENDER, M.. O afetivo efetivo. Sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio.**Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 35, pp. 321-341, 2017.

PEREIRA, M. R. Museologia Decolonial: os Pontos de Memória e a insurgência do fazer museal: Tese de Doutorado. **Cadernos De Sociomuseologia**, v. 55, n. 11, p. 215, 2018.

QUIJANO, A.& WALLERSTEIN, I.. Americanity as a concept, or the Americas in the modern world-system. **International Social Science Journal**, v. 44, n. 4, p. 549 – 557, 1992.

QUIJANO, A.. Colonialidad y Modernidad-racionalidad. *In*: BONILLO, Heraclio (comp.). **Los conquistados**. Bogotá: Tercer Mundo Ediciones; FLACSO, 1992, pp. 437-449.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

RUFINO, L. **Vence-demanda**: Educação e descolonização. Rio de Janeiro, Mórula, 2021.

SANTOS, B. **A Gramática do Tempo**. 1ª edição. São Paulo, Cortez, 2006.

SANTOS, B. **Um Discurso sobre as Ciências**. 1ª edição. São Paulo, Cortez, 2003.

SCIFONI, S. Subverter o patrimônio cultural: periferia e participação social. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 59, p. 592–620, 2023.

SMITH, L. **Uses of heritage**. London: Routledge, 2006.

SMITH; L., et al. O discurso autorizado do patrimônio e a fabricação do Patrimônio Cultural em contextos contemporâneos. **Confluências Culturais**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 122–135, 2023.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial decolonial: perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. **Sillogés**, vol. 1, n. 1, p. 41-60, 2018.

VERGÉS, F. **Decolonizar o Museu**: Programa de desordem absoluta. São Paulo: UBU, 2023.

WALSH, C.. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: In-surgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, V. M. **Educação intercultural na América Latina**: Entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 letras, p. 12- 42, 2009.